

MULHERES NEGRAS

O Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha é comemorado em 25 de julho. A data foi instituída em 1992, durante o 1º Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas, realizado na República Dominicana. O encontro reuniu mulheres de toda a América Latina e do Caribe para discutir questões relacionadas à opressão, racismo, discriminação e desigualdade de gênero enfrentadas pelas mulheres negras na região.

No Brasil, o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra é comemorado também em 25 de julho. Foi instituído pela Lei nº 12.987, de 2 de junho 2014. Tereza de Benguela foi uma líder quilombola no século XVIII, que liderou o Quilombo do Quariterê, na região do atual estado do Mato Grosso. Sob sua liderança, o quilombo resistiu à opressão colonial por décadas, com uma estrutura social e política complexa, com sistemas próprios de defesa, agricultura e comércio.

25 de julho se tornou, então, momento de reconhecer e valorizar a contribuição das mulheres negras na sociedade, bem como para fortalecer a luta contra o racismo e a discriminação de gênero. E de lutar por políticas públicas que garantam seus direitos.

E é neste contexto que apresentamos a 5ª edição do Boletim Diversidade em Pauta, com referências de obras que retratam a resistência das mulheres negras ao longo da história brasileira.

LIVROS



PÁG. 2

FILMES



PÁG. 5

CURSOS

- ▶ Liderança para Mulheres Negras no Serviço Público
- ▶ Praticando o letramento racial no serviço público

PÁG. 8

▶ **ACONTECE NO MINC** PÁG. 9

▶ **ACONTECE POR AÍ** PÁG. 9

▶ **ENTRE VISTA** PÁG. 10

▶▶▶ LIVROS

**Por um feminismo afro-latino-americano**

Lélia Gonzalez (autora)
 Flavia Rios e Márcia Lima (orgs.)
 Brasil, 2022 (530 páginas)
 Editora Zahar

Por um feminismo afro-latino-americano reúne em um só volume um panorama amplo da obra desta pensadora tão múltipla quanto engajada. São textos produzidos durante um período efervescente que compreende quase duas décadas de história — de 1979 a 1994 — e que marca os anseios democráticos do Brasil e de outros países da América Latina e do Caribe. Lélia Gonzalez transitava da filosofia às ciências sociais, da psicanálise ao samba e aos terreiros de candomblé. Deu voz ao “pretuguês”, cunhou a categoria de amefricanidade, universalizou-se. Tornou-se um ícone para o feminismo negro.

Lélia Gonzalez, mineira, foi uma das mais importantes intelectuais brasileiras do século XX, com atuação decisiva na luta contra o racismo estrutural e na articulação das relações entre gênero e raça em nossa sociedade.

Quem tem medo do feminismo negro?

Djamila Ribeiro (autora)
 Brasil, 2018 (120 páginas)
 Companhia das Letras

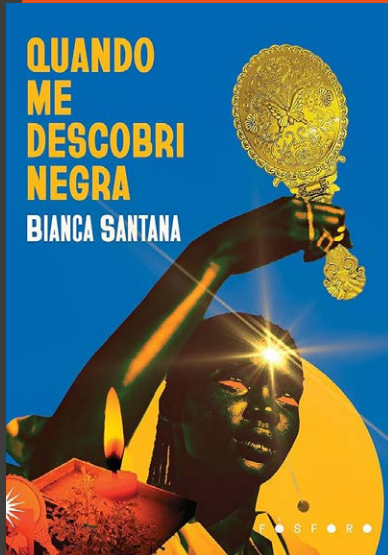
Quem tem medo do feminismo negro? reúne um ensaio autobiográfico inédito e uma seleção de artigos publicados por Djamila Ribeiro no blog da revista Carta Capital, entre 2014 e 2017. No texto de abertura, a filósofa e militante recupera memórias de seus anos de infância e adolescência para discutir o que chama de “silenciamento”, processo de apagamento da personalidade por que passou e que é um dos muitos resultados perniciosos da discriminação. Foi apenas no final da adolescência, ao trabalhar na Casa de Cultura da Mulher Negra, que Djamila entrou em contato com autoras que a fizeram ter orgulho de suas raízes e não mais querer se manter invisível.

Djamila Ribeiro é paulista de Santos, graduada em Filosofia e mestra em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo. É coordenadora da Feminismos Plurais, professora convidada da New York University (NYU) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Desde 2022, é imortal da cadeira nº 28 da Academia Paulista de Letras.

**QUEM
 TEM
 MEDO
 DO
 FEMINISMO
 NEGRO?
 DJAMILA
 RIBEIRO**

COMPANHIA DAS LETRAS

▶▶▶ LIVROS

**Quando me descobri negra**

Bianca Santana (autora)
Brasil, 2023 (104 páginas) – 2ª edição
Fósforo Editora

Com a frase “Tenho trinta anos, mas sou negra há dez”, a autora inicia essa jornada que há tempos vem ajudando pessoas negras a se aceitarem e pessoas brancas a compreenderem o papel que podem desempenhar na luta antirracista. Com textos curtos e um olhar acurado, *Quando me descobri negra* é um verdadeiro marco no processo de diversos avanços que o movimento negro vem conquistando. De Neusa Santos Souza a Chimamanda Ngozi Adichie, Bianca Santana evoca todas as formas de conhecimento para avançar nessa luta diária contra o preconceito. Valendo-se da ternura do cheiro do arroz-doce com cravo e canela servido numa roda de saberes de mulheres negras ao luto pela perda prematura e traumática do pai, *Quando me descobri negra* é um clássico contemporâneo que já faz parte da formação do que sonhamos para um novo projeto de nação.

Bianca Santana, paulista, é doutora em ciência da informação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP). Diretora-executiva da Casa Sueli Carneiro. Colunista da Folha. Comentarista do Jornal da Cultura. Professora titular da Faap (Fundação Armando Álvares Penteado) e professora convidada da pós-graduação em estratégias de comunicação digital da FGV (Fundação Getúlio Vargas).

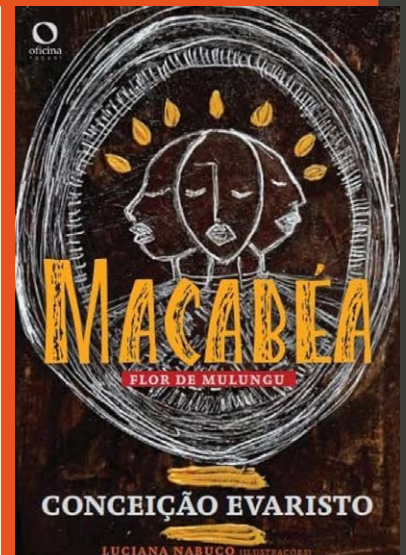
Macabéa: Flor de Mulungu

Conceição Evaristo (autora)
Brasil, 2023 (40 páginas)
Editora Oficina Raquel

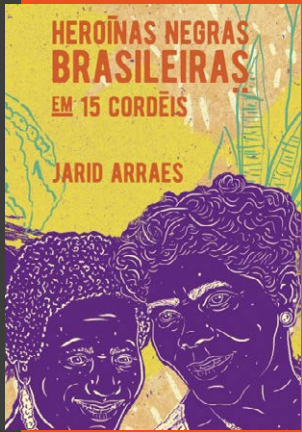
Há quase 50 anos, Clarice Lispector publicou *A hora da estrela*, seu último e mais emblemático romance. Nascia então Macabéa, jovem nordestina, pobre e migrante, cuja vida era marcada por dores, silêncios e apagamento. Agora, brota a Flor de Mulungu. Neste conto ilustrado, a premiada e incontornável voz da literatura brasileira contemporânea Conceição Evaristo revisita e dá novos contornos à Macabéa, em um manifesto literário que coloca a escrita como uma forma de fazer vingar a vida.

O olhar de Evaristo para esta personagem é realista, evoca a ancestralidade de Macabéa (e de todas as Macabéas que ali habitam) para costurar uma nova trajetória em que “Mulheres como Macabéa não morrem. Costumam ser portavozes de outras mulheres, iguais a elas”.

Conceição Evaristo é uma escritora mineira, nascida em Belo Horizonte (MG). Romancista, contista e poeta, é também pesquisadora na área de literatura comparada e foi professora na rede pública fluminense. Sua matéria-prima literária é a vivência das mulheres negras e seu trabalho tem por base reflexões sobre as profundas desigualdades raciais brasileiras.



▶▶▶ LIVROS

**Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis**

Jarid Arraes

Brasil, 2020 (176 páginas) – 2ª edição
Editora Seguinte

Talvez você já tenha ouvido falar de Dandara e Carolina Maria de Jesus. Mas e Eva Maria do Bonsucesso? Luisa Mahin? Na Agontimé? Tia Ciata? Essas (e tantas outras) mulheres negras foram verdadeiras heroínas brasileiras, mas pouco se fala delas, seja na escola ou nos meios de comunicação. Diante desse apagamento, há anos a escritora Jarid Arraes tem se dedicado a recuperar — e recontar — suas histórias. O resultado é uma coleção de cordéis que resgata a memória dessas personagens, que lutaram pela sua liberdade e seus direitos, reivindicaram seu espaço na política e nas artes, levantaram sua voz contra a injustiça e a opressão. A multiplicidade de histórias revela as mais diversas estratégias de sobrevivência e resistência, seja na linha de frente — como Tereza de Benguela, que liderou o quilombo de Quariterê — ou pelas brechas — como a quituteira Luisa Mahin, que transmitia bilhetes secretos durante a Revolta dos Malês.

Jarid Arraes é escritora, cordelista, poeta, nascida em Juazeiro do Norte, na região do Cariri (CE).

Um pé na cozinha: um olhar sócio-histórico para o trabalho de cozinheiras negras no Brasil

Tais de Sant'Anna Machado (autora)

Brasil, 2022 (400 páginas)
Editora Fósforo

Um pé na cozinha é uma análise histórica do trabalho de mulheres negras na cozinha brasileira e como esse trabalho ajuda a entender a sociedade do país. Adaptado da tese de doutorado de Tais de Sant'Anna Machado, o livro investiga a profissionalização dessas mulheres desde o pós-abolição até a gastronomia contemporânea, explorando significados culturais e estereótipos como o da "mãe preta". Machado convida os leitores a refletirem sobre a perspicácia e estratégias das cozinheiras negras, que desafiam estruturas raciais, de gênero e de classe no Brasil. O trabalho culinário é visto como uma ferramenta de ação social e política, destacando a criatividade das trabalhadoras em construir laços comunitários para a sobrevivência. A autora utiliza registros documentais e entrevistas para mostrar a agência e resistência dessas mulheres, expondo dinâmicas de poder desde os tempos da escravidão até os dias atuais, que permitem a manutenção do estilo de vida das classes média e alta do país em detrimento da qualidade de vida de mulheres que trabalham em condições exaustivas, precárias e miseravelmente remuneradas. O estudo revela a importância das mulheres negras na formação social do Brasil, transformando seu trabalho na cozinha em uma forma de protagonismo e resistência.

Tais de Sant'Anna Machado é servidora pública, pesquisadora, poeta e escritora. Nascida carioca e crescida na Bahia, é doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília. Tem se aprofundado no campo de estudos críticos de alimentação no Brasil a partir da experiência de trabalhadoras negras e das contribuições teóricas de intelectuais negras.



FILMES

KBELA

Brasil, 2015
Documentário, 22'
Direção: Yasmin Thayná

KBELA é uma experiência audiovisual realizada de forma colaborativa por mulheres negras sobre mulheres negras. Com roteiro e direção de Yasmin Thayná, o curta fala das histórias de transição capilar ou mesmo da resistência e luta de mulheres pelo direito de terem sua beleza natural, sem intervenção da indústria e da opinião da sociedade. O documentário venceu o prêmio de melhor curta-metragem da diáspora Africana na Academia Africana de Cinema.

Yasmin Thayná é carioca, diretora e roteirista de filmes, clipes musicais e séries. Foi considerada pela revista Forbes como um dos 90 nomes brasileiros abaixo de 30 anos mais brilhantes em sua área de atuação e CriativeX pela Wired (50 pessoas que transformam a criatividade no Brasil).



Parece comigo – bonecas negras contra o racismo

Brasil, 2016
Documentário, 26'
Direção: Kelly Cristina Spinelli

“Meninas negras não brincam com bonecas pretas”, diz a letra do rap de Preta Rara, uma das personagens de *Parece Comigo*. O documentário explora o problema da falta de bonecas negras no mercado brasileiro e mostra o trabalho das bonequeiras que tentam mudar esse cenário, enfrentando a indústria de brinquedos com seu artesanato consciente.

Kelly Cristina Spinelli é roteirista e diretora, passeando entre ficção e documentários. Em seus projetos pessoais, cria protagonistas mulheres e investiga questões de gênero, diversidade e sexualidade.

FILMES

**Café com Canela**

Brasil, 2017
Drama, 100'
Direção: Ary Rosa e Glenda Nicácio

No Recôncavo Baiano, em São Félix, Margarida é uma professora aposentada que vive sozinha e evita sair de casa desde a morte de seu filho. Sua ex-aluna Violeta mora do outro lado do rio, em Cachoeira. O reencontro entre as duas desperta um processo de transformação, marcado por visitas, faxinas, cafés com canela, novos amigos e velhos amores.

Glenda Nicácio e Ary Rosa, ambos mineiros radicados na cidade de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, tomaram a cidade em que vivem não apenas como locação, mas como uma espécie de inspiração e destino para os seus filmes. Glenda Nicácio é a primeira mulher negra a dirigir um longa de ficção no Brasil em décadas – antes dela, a única mulher negra a ocupar este posto no cinema brasileiro foi a também mineira Adélia Sampaio, em 1984, com o filme “Amor Maldito”.

Regra 34

Brasil/França, 2023
Drama/Suspense, 100'
Direção: Júlia Murat

Simone (Sol Miranda), aos 28 anos, é uma jovem advogada negra que dedicou anos de sua vida a realizar performances online de teor sexual como forma de custear seus estudos na faculdade de direito. Recentemente, conquistou uma posição como defensora pública por meio de um concurso, o que a permitiu abandonar as apresentações online, uma vez que não necessita mais desse recurso financeiro. Seu novo cotidiano envolve frequentar aulas em um curso preparatório para defensoria, participar de sessões de apoio a mulheres vítimas de violência doméstica e aprimorar suas habilidades em *kung fu*, atividade que compartilha com Lucia (Lorena Comparato), uma amiga branca da faculdade de direito. Juntas, Simone e Lucia compartilham não apenas experiências acadêmicas, mas também ideias feministas e o desejo comum de utilizar a prática do direito como meio de transformar a sociedade.

Júlia Murat, carioca, é diretora, roteirista, produtora, montadora, diretora de fotografia, diretora de arte.



▶▶▶ FILMES

Eu, Negra

Brasil, 2022

Documentário, 10'

Direção: Juh Almeida

Ayo é uma artista que vive sozinha submersa em seu próprio mar e começa a questionar sua identidade quando, através de autorretratos, percebe que não se enxerga como realmente é. A partir daí, ela começa a se desvencilhar do processo de embranquecimento social e trava uma luta consigo mesma pela reivindicação da sua negritude.

Juh Almeida é baiana, cineasta, diretora e fotógrafa. Juh dirige e roteiriza curtas-metragens autorais, filmes comerciais de publicidade, videocliques, projetos documentais, fashion, ensaísticos e artísticos.

**Filhas de Lavadeiras**

Brasil, 2020

Documentário, 22'

Direção: Edileuza Penha de Souza

O documentário apresenta histórias de mulheres negras que, graças ao trabalho árduo de suas mães, puderam ir à escola e refazer os caminhos percorridos por suas antecessoras. Suas memórias, alegrias e tristezas, dores e poesia estão presentes como possibilidades para um novo destino. Transformando o trabalho duro das lavadeiras em um espetáculo de vida e realização.

Edileuza Penha de Souza, nascida em Cachoeiro de Itapemirim (ES), é doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UnB) e mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Desenvolve pesquisas na área de cinema, com ênfase no Cinema Negro no Brasil e no Continente Africano.

Liderança para Mulheres Negras no Serviço Público

Enap, 20h

O curso é uma oportunidade para mulheres negras reconhecerem e desenvolverem sua identidade de liderança. A partir de trajetórias de sucesso e autoconhecimento, o curso visa superar as barreiras de gênero e raça que dificultam a ascensão no serviço público. Aborda o perfil racial e de gênero do serviço público federal e as medidas para combater o racismo; além de temas como consciência racial, categorização social, discriminação e estereótipos que impedem a promoção na carreira. Também destaca a importância da consciência racial para superar consequências do racismo, como baixa autoestima e desvalorização pessoal, e apresenta exemplos inspiradores de mulheres negras em posições de poder. O curso oferece ainda recomendações para o fortalecimento e a aceleração da formação de lideranças femininas negras, culminando com uma proposta de cartografia de liderança para mulheres negras no serviço público.

Praticando o letramento racial no serviço público

Enap, 20h

O curso aborda os conceitos e práticas essenciais para implementar ações afirmativas contra o racismo, conforme a legislação vigente. Os participantes aprenderão sobre a história do colonialismo no Brasil, o processo abolicionista, a política de branqueamento e a formação da identidade brasileira. Além disso, o curso abordará a luta dos movimentos negros por políticas de reparação, incluindo ações afirmativas, e explorará o racismo tanto consciente quanto inconsciente.

▶▶▶ ACONTECE NO MINC

Edital Ruth de Souza

Em abril deste ano foi divulgado o resultado do Edital Ruth de Souza de Audiovisual. A premiação é voltada para a produção de obras cinematográficas de longas-metragens dirigidas por mulheres cis ou transgêneros estreantes. A previsão inicial era de que 10 propostas fossem selecionadas, mas esse número foi ampliado, e 18 mulheres foram selecionadas. Dentre elas, nove são mulheres negras (seis mulheres pretas e três pardas), uma indígena e oito mulheres brancas. Foram contempladas mulheres de todas as regiões do país: cinco do Sudeste, quatro do Nordeste e três representantes cada uma das regiões Norte, Sul e Centro-Oeste. No total, R\$ 36 milhões serão destinados aos projetos.

O Edital homenageia o legado da atriz carioca Ruth de Souza. Pioneira no teatro, cinema e televisão brasileiros, ela foi a primeira artista negra a conquistar projeção na dramaturgia nacional, abrindo caminho para outros intérpretes.

▶▶▶ ACONTECE POR AÍ

Revista Feminismos

Chamada de Trabalhos para o Dossiê Gênero e feminismos em comunidades tradicionais e racializadas

<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/announcement/view/783>

Embora o imperativo de pensar gênero conjuntamente à raça, região, classe e outras categorias de pertencimento social já esteja bem fundamentado nas ciências sociais, humanidades e estudos feministas e de gênero; as articulações entre essa perspectiva e os estudos de comunidades tradicionais e racializadas, particularmente em contextos não urbanos, ainda não se encontram consolidadas. Tendo isso em vista, esse dossiê se volta às reflexões que articulam o gênero como parte dos modos de conceber e constituir (ou não) as relações sociais, com enfoque em comunidades tradicionais (povos originários, quilombolas, comunidades extrativistas, rurais e camponesas, entre outros), mas também feminismos e experiências engendradas de mulheres racializadas (negras, indígenas, migrantes, entre outras) em contextos urbanos.

Submissões até 31/07/2024

ENTREVISTA



Foto: Filipe Araújo/MinC

Ana Vitoria Piaggio é chefe da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) do Ministério da Cultura

Diversidade em pauta: Como você descreveria sua jornada pessoal e profissional até o momento?

Sou baiana, nascida em uma família de educadores e artistas. Meu pai é historiador e cordelista. Minha mãe é professora de manualidades, artesã e bordadeira. Minha irmã é designer gráfica e tem uma atuação muito bonita de usar o design como ferramenta no movimento feminista negro. No meu caso, a arte perpassa meu caminho de algumas maneiras, mas nenhuma como atuação profissional. Minha formação é em exatas.

Me graduei em Ciência da Computação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mesma área em que cursei o mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi a paixão pelo raciocínio lógico, no entanto, que me levou para as exatas: a tecnologia em si ocupa um papel secundário na minha trajetória profissional. Gosto de pensar processos, de buscar formas de aprimorar as estruturas de trabalho.

Há 18 anos sou auditora na Controladoria-Geral da União (CGU) com um histórico de atuação em governança e inovação, duas áreas que muito me empolgam. Pouco antes da minha vinda para o MinC, atuava na Diretoria de Auditoria de Governança e Gestão, depois de alguns anos trabalhando com inovação nos processos de auditoria.

Diversidade em pauta: Poderia compartilhar um pouco sobre sua atuação no MinC? Em que área você trabalha e quais são suas responsabilidades principais?

Cheguei no MinC durante a transição de governo, no finalzinho de dezembro. Sem que eu soubesse, meu nome havia sido indicado por algumas pessoas que consideravam que a minha trajetória e o meu perfil se alinhavam aos desafios do MinC a ser recriado. Foi muito emocionante conversar com a ministra Margareth Menezes e ouvir sobre os planos para o MinC, para a área cultural. Eu estava ainda embalada pela comoção da indicação dela

▶▶▶ ENTREVISTA

para assumir o Ministério, duas semanas antes. Ver uma mulher negra, baiana, com uma trajetória tão importante, ser a titular da Pasta da Cultura no país é motivo de muita alegria e esperança.

No MinC, sou chefe da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), vinculada ao Gabinete da Ministra. Tive a sorte de encontrar uma equipe competente e um ambiente muito bom de trabalhar. Uma das atribuições da AECI é assessorar e orientar tecnicamente a gestão para que controles adequados sejam adotados nos processos de trabalho. A Assessoria também acompanha a implementação das recomendações e determinações dos órgãos de controle (Controladoria-Geral da União - CGU e Tribunal de Contas da União - TCU), com o intuito de que as políticas públicas no Ministério alcancem o interesse público com maior efetividade e transparência.

Outra atribuição nossa é promover a transparência e a integridade institucional. E é importante destacar a palavra promoção, porque integridade não se faz sozinha. Não tem como uma unidade específica criar uma cultura de integridade em todo o Ministério. O nosso trabalho, então, é de articulação com as outras instâncias que têm atuação direta em funções de integridade, como Ouvidoria, Corregedoria, Comissão de Ética e Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas. E com as demais

assessorias do Gabinete da Ministra e com as Secretarias do Ministério, porque a cultura de integridade só é possível com o engajamento de todo mundo.

Diversidade em pauta: Quais desafios específicos você enfrentou ou enfrenta no ambiente de trabalho? Como esses desafios impactam sua experiência profissional e pessoal?

Parafraseando Bianca Santana, posso dizer que tenho 45 anos, mas sou negra há pouco mais de dez: antes, era morena. E ser morena na Salvador de classe média em que nasci queria dizer que os desafios relacionados ao gênero costumavam chegar antes da raça. Aos 25 anos mudei para Porto Alegre, para cursar o mestrado. E foi difícil. Em um primeiro momento, porque as diferenças culturais eram significativas. Lá, antes de pensar em gênero e raça, eu era baiana, como os demais colegas que chegaram do Nordeste e do Norte. Acabamos nos reunindo em um grupo, que apelidamos de Centro de Tradições Nordestinas, uma brincadeira com o Centro de Tradições Gaúchas. E ter esse ambiente de pertencimento foi muito bom.

Dois anos depois vim para Brasília, e ingressei no serviço público. Foi muito bom, porque muito da cultura nordestina está presente aqui. Então me senti um pouco mais em casa. Foi também aqui que experimentei o processo de me tornar negra, de me entender assim. Muito por

▶▶▶ ENTREVISTA

causa do ambiente. São poucas as pessoas negras no ambiente da CGU. No concurso mais recente, em 2021, houve reserva de vagas para pessoas negras, então o cenário pode ter mudado um pouco. Mas, quando eu entrei, em 2006, éramos muito poucos. Eram poucas as mulheres em cargos de liderança, e praticamente nenhuma pessoa negra ocupava esses espaços. Ainda assim, ser concursada em uma carreira técnica permite estar em um ambiente de trabalho em que as diferenças são menos perceptíveis.

Os efeitos do racismo se fazem mais presentes fora do ambiente de trabalho. Brasília é uma cidade segregada, pessoas negras são minoria no Plano Piloto, por exemplo. Nos locais onde já morei, normalmente sou uma das poucas pessoas negras, e isso dá espaço para episódios desagradáveis. Quando me tornei mãe, com frequência era confundida com a babá no parquinho, porque as minhas filhas têm pele mais clara que a minha. E eu era uma das poucas mães não brancas da turma. Então, naturalmente, o antirracismo começou a fazer parte da minha trajetória, se juntando à leitura feminista de mundo que eu já trazia.

Diversidade em pauta: Com base em sua experiência, quais sugestões você teria para tornar o ambiente de trabalho mais inclusivo? Quais práticas poderiam ser implementadas para criar um ambiente mais

acolhedor e respeitoso?

Estar no MinC, neste momento, é muito bom, porque existe todo o movimento do governo federal de que existam mulheres e pessoas negras nos espaços de liderança. E esse é também um propósito da ministra Margareth. Não é à toa que o MinC está entre os ministérios com percentual significativo de mulheres e negros em posições de liderança. Então, normalmente, as reuniões, os eventos têm outras mulheres negras presentes, e isso traz uma sensação de pertencimento muito gratificante. É um ambiente com muitas pessoas do Nordeste também, de outras regiões. Essa diversidade é muito bonita de se observar.

Eu estou relendo a pergunta que eu mesma escrevi, sobre ambiente de trabalho mais inclusivo, e pensando que a inclusão não deveria ser uma meta do ambiente de trabalho, porque ela tem seus limites. Quando eu penso em inclusão, me vêm à mente a ideia de representantes de diversos grupos, mas sempre como pessoas incluídas em um ambiente pensado para pessoas que se encaixam em um perfil específico. Prefiro pensar em diversidade, que me remete à ideia de que é um ambiente concebido para diferentes grupos. Não só no MinC, mas em toda a administração pública. Alguns grupos seguem sub-representados. São poucas as pessoas com deficiência, por exemplo... E com

▶▶▶ ENTREVISTA

isso os ambientes no serviço público têm limitações de acessibilidade física, de recursos para que pessoas surdas e cegas consigam de fato participar em equidade de condições das rotinas de trabalho. Então, tem algo maior que precisa ser feito, e passa por alterar estruturas sociais, ter, de fato, ambientes diversos. Para pensar em acessibilidade, por exemplo, como algo natural. E isso vale não apenas para o ambiente interno dos órgãos, mas para a construção de políticas públicas que atendam à sociedade de forma mais equânime.

Em relação às políticas públicas, é importante destacar que ações afirmativas estão presentes em quase todas as iniciativas do Ministério, focando não apenas a sociedade, como também as trabalhadoras e os trabalhadores da Cultura, para que, de fato, existam condições melhores de fazer e acessar cultura.

No ambiente interno, não só a AECI, mas as demais instâncias de integridade têm atuado na promoção de ambientes mais respeitosos. Acredito muito na prevenção. Nesse sentido, promovemos uma roda de conversa sobre os desafios no trabalho, trazendo reflexões importantes. Temos feito atuações de letramento e sensibilização em ambientes de trabalho específicos, sempre por demanda dos servidores ou da gestão, porque entendemos que o nosso papel é de

apoio, não de ingerência. Na perspectiva da mediação, há uma atuação importante da Coordenação-Geral de Pessoas nos conflitos envolvendo servidores, e um papel fundamental da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração em situações que envolvem pessoas com vínculo terceirizado. E a Ouvidoria, a Comissão de Ética e a Corregedoria têm acolhido e apurado os relatos, quando a situação já se concretizou.

Outro aspecto que considero importante é reforçar o debate sobre a diversidade, para que as pessoas ampliem a percepção de mundo para além dos espaços que já conhecem. Isso é importante para humanizar o olhar sobre pessoas com marcadores sociais distintos dos nossos. O Boletim Diversidade em Pauta nasceu com esse propósito. Eu costumo aprender muito pela leitura, por filmes, músicas... A arte é um instrumento importante para despertar reflexões. E quis trazer algumas sugestões para o MinC, buscando apresentar outras perspectivas de leitura do mundo. Ainda que não leiam os livros, nem assistam os filmes, a referência pode despertar a curiosidade, pode ser o primeiro passo para um processo de letramento. Busco trazer também um exemplo do que tem sido feito no MinC sobre determinada pauta, e alguma chamada para o que acontece lá fora. E tem a entrevista, que nasceu com a ideia de a ministra apresentar o Boletim, que surgiu no mês das mulheres. Essa é

▶▶▶ ENTREVISTA

a parte que mais me demanda na elaboração, porque tem a busca de quem poderia falar sobre a pauta do mês, e o processo de construir a entrevista. Mas, para mim, é a parte mais interessante, porque conhecer a história das pessoas é algo sempre muito rico. Eu aprendi muito com as entrevistas que fiz até agora, desde a fala da ministra, na primeira edição. Teve a entrevista com Franciana, que me mostrou aspectos que eu nunca tinha pensado sobre neurodivergência. A história de Bruna, uma pessoa que eu admiro no esforço de fazer do MinC um lugar sempre melhor para se trabalhar. E o relato de Mukáila também me tocou muito, pela forma como ela usa a história pessoal como bandeira de luta, existe sempre um peso muito grande nisso.

Por fim, reforço que a cultura de integridade é um trabalho coletivo. É importante que as pessoas relatem situações de desrespeito, para que as medidas devidas sejam adotadas. E que cada um e cada uma de nós se engaje no papel que temos de criar ambientes de trabalho mais saudáveis.

FICHA TÉCNICA

Ministra de Estado da Cultura
Margareth Menezes

Chefe da Assessoria Especial de
Controle Interno
Ana Vitoria Piaggio

Chefe da Divisão de Integridade
Isabella dos Anjos Bezerra Batista

**Boletim Diversidade em Cena, edição
nº 5, julho de 2024**

Concepção e Curadoria: **Ana Vitoria
Piaggio**

Revisão: **Assessoria Especial de
Comunicação Social (Ascom/MinC)**

Diagramação: **Daniel Ribeiro**